

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Sanemaneto – CESAN apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2006 E 2005 (Valores expressos em reais)

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	6.386.084	2.290.419	Fornecedores	18.283.362	18.009.257
Aplicações financeiras	35.847.076	25.704.729	Financiamentos	7.582.755	9.737.730
Creditos e contas a receber de usuários	52.667.307	55.304.224	Juros sobre capital próprio	13.801.412	11.326.684
Estoques de Materiais	2.556.906	2.605.312	Participação de empregados	2.600.000	1.658.000
Adiantamento a empregados	1.175.263	994.388	Contribuições para FAECES	4.770.441	4.400.696
Impostos a recuperar	4.530.188	9.023.063	Impostos e contribuições a recolher	8.357.052	7.332.921
Outros créditos a receber	499.093	96.125	Provisão para férias e encargos	9.268.383	8.107.660
Total do ativo circulante	103.661.917	96.018.260	Provisão para contingências	2.591.732	4.836.607
NÃO CIRCULANTE			Outras contas a pagar	2.366.958	2.871.489
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Total do passivo circulante	69.622.095	68.281.044
Depósitos judiciais	15.271.145	16.525.582	NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos compulsórios		347.570	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do ativo não circulante	15.271.145	16.873.152	Financiamentos	49.239.026	44.891.668
PERMANENTE			Impostos e contribuições a recolher	127.311.356	129.914.726
Investimentos	125.936	125.936	Provisão para contingências	12.403.401	7.823.711
Imobilizado	878.812.740	852.305.698	Contribuições para FAECES	47.704.410	48.785.548
Diferido	20.807.942	20.395.282	Créditos de acionistas	7.429.522	4.214.150
Total do ativo não circulante	899.746.618	872.826.916	Total do passivo não circulante	244.087.715	235.629.803
TOTAL DO ATIVO	1.018.679.680	985.718.328	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	519.308.825	492.962.989
			Reserva legal	2.405.437	1.114.612
			Reserva de capital	545.770	
			Reserva de investimentos	16.088.258	15.085.708
			Reserva de reavaliação	166.621.580	172.644.172
			Total do patrimônio líquido	704.969.870	681.807.481
			TOTAL DO PASSIVO	1.018.679.680	985.718.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores expressos em reais)

	2006	2005
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Serviço de abastecimento de água	277.044.017	256.580.883
Serviço de esgoto	41.982.232	35.736.933
Total	319.026.249	292.317.816
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
PASEP	(3.170.152)	(3.183.185)
COFINS	(14.644.041)	(13.513.369)
ISSQN		(997.465)
Total	(17.814.193)	(17.694.019)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	301.212.056	274.623.797
Custos dos serviços de abastecimento de água	(101.844.589)	(89.040.214)
Custos dos serviços de esgoto	(36.005.792)	(35.296.713)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto	(23.587.941)	(18.460.996)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(161.438.322)	(142.797.923)
LUCRO BRUTO	139.773.734	131.825.874
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(42.645.578)	(39.434.786)
Despesas administrativas	(50.347.462)	(48.124.501)
Despesas financeiras e fiscais	(24.886.581)	(27.098.368)
Juros sobre capital próprio	(14.460.000)	(11.868.724)
Varição cambial	2.357.340	3.467.251
Outras receitas operacionais	190.756	155.423
Total	(129.791.525)	(122.903.705)
LUCRO OPERACIONAL	9.982.209	8.922.169
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS		
Receitas não operacionais	8.338.804	8.854.627
Despesas não operacionais	(1.270.382)	(3.871.354)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	17.050.631	13.905.442
Reversão do imposto de renda diferido - lucro inflacionário		4.209.696
Provisão para contribuição social	(845.095)	(871.205)
Provisão para imposto de renda	(2.249.045)	(5.162.414)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	13.956.491	12.081.519
Participação dos empregados	(2.600.000)	(1.658.000)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO ...	11.356.491	10.423.519
Reversão dos juros sobre capital próprio	14.460.000	11.868.724
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.816.491	22.292.243
LUCRO POR GRUPO DE 1.000 MIL AÇÕES	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores expressos em reais)

	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	25.816.491	22.292.243
Ajustes ao resultado:		
– Depreciação e amortizações	36.652.146	33.739.161
– Valor residual de bens baixados	896.917	
– Variações monetárias e cambiais	8.429.359	8.517.019
– Reversão provisão imposto de renda diferido		(4.209.696)
– IR e CSSL sobre reserva de reavaliação	(3.081.335)	(2.938.481)
Resultado ajustado	68.713.578	57.400.246
ORIGENS DE RECURSOS		
Constituição da reserva de capital	545.770	
Aumento de capital social	11.260.128	352.376.029
Créditos para futuro aumento de capital - Governo do Estado	3.215.372	4.214.149
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	376.808	
Redução do realizável a longo prazo	1.632.884	
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	4.474.174	
Aumento do exigível a longo prazo	16.143.060	7.141.895
Total das Origens	106.361.774	421.132.319
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Transferência de créditos de acionistas para aumento de capital social		352.376.029
Juros sobre capital próprio	14.460.000	11.868.724
Adição do ativo imobilizado	47.733.079	30.760.288
Investimentos do projeto águas limpas	14.145.664	7.090.189
Adição do ativo diferido	2.590.022	1.551.221
Redução do exigível a longo prazo	10.447.718	
Transferência de exigível para o circulante	10.275.000	20.787.938
Aumento do realizável a longo prazo	407.685	3.767.718
Total	100.059.168	428.202.107
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	6.302.606	(7.069.788)
Demonstrado como segue:		
– No início do exercício		
Ativo circulante	96.018.260	98.010.959
Passivo circulante	68.281.044	63.203.955
Capital circulante líquido	27.737.216	34.807.004
– No final do exercício		
Ativo circulante	103.661.917	96.018.260
Passivo circulante	69.622.095	68.281.044
Capital circulante líquido	34.039.822	27.737.216
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	6.302.606	(7.069.788)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Investimentos	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	301.557.574	5.346	178.420.973			(160.975.960)	319.007.933
Realização da reserva de capital para aumento de capital social	5.346	(5.346)					
Aumento de capital social	352.376.029						352.376.029
Absorção de prejuízo	(160.975.960)					160.975.960	
Realização da reserva de reavaliação			(8.715.283)			8.715.283	
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação			2.938.482			(2.938.482)	
Lucro do exercício						22.292.243	22.292.243
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal					1.114.612	(1.114.612)	
Constituição da reserva de investimento				15.085.708		(15.085.708)	
Juros sobre capital próprio						(11.868.724)	(11.868.724)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	492.962.989		172.644.172	15.085.708	1.114.612		681.807.481
Absorção da reserva de investimentos	15.085.708			(15.085.708)			
Aumento de capital social	11.260.128						11.260.128
Constituição da reserva de capital		545.770					545.770
Realização da reserva de reavaliação			(9.103.927)			9.103.927	
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação			3.081.335			(3.081.335)	
Lucro do exercício						25.816.491	25.816.491
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal					1.290.825	(1.290.825)	
Constituição da reserva de investimento				16.088.258		(16.088.258)	
Juros sobre capital próprio						(14.460.000)	(14.460.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	519.308.825	545.770	166.621.580	16.088.258	2.405.437	-	704.969.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(INFORMAÇÃO ADICIONAL) (Valores expressos em reais)

	2006	2005		2006	2005
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	319.026.249	292.317.816	Dividendos de investimentos avaliados ao custo	14.311	16.345
Outras receitas	567.336	712.969	Receitas financeiras e variações monetárias ativas	4.863.074	(7.973.043)
Provisão para devedores duvidosos (constituição)	(6.214.458)	(5.000.000)	Aluguéis	61.355	61.297
Provisão para devedores duvidosos (reversão)	12.585.640			4.938.740	(7.895.401)
Provisões diversas	4.791.557		VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	151.205.763	116.530.980
Resultados não operacionais	102.237	(3.775.762)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
	330.858.561	284.255.023	Empregados		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			Salários e encargos	57.837.365	49.271.103
Materiais consumidos	(9.128.870)	(8.895.746)	Participação dos empregados nos lucros	2.600.000	1.658.000
Serviços consumidos e outros custos	(76.949.717)	(67.391.426)	Planos de aposentadoria e pensão	2.649.738	189.881
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(61.860.805)	(49.802.309)	Assistência médica e odontológica	4.306.326	5.272.208
	(147.939.392)	(126.089.481)		67.393.429	56.391.192
RETENÇÕES			Governo	50.400.725	34.624.021
Depreciação e amortização	(36.652.146)	(33.739.161)	Financiadores	7.595.118	6.162.005
	(36.652.146)	(33.739.161)	Acionistas	14.460.000	11.868.724
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	146.267.023	124.426.381	Lucros retidos	11.356.491	7.485.038
				151.205.763	116.530.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN é uma sociedade fechada, autorizada pelas Leis Estaduais nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e nº 4.809 de 20 de setembro de 1993, que tem por objetivo social a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração industrial dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, bem como de qualquer outra atividade afim no Estado do Espírito Santo.

As empresas de saneamento básico têm gestão e condução de suas tarifas sujeitas às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo.

As atividades da CESAN abrangem 52 municípios do Estado do Espírito Santo, para execução e exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No exercício de 2006, foi investido aproximadamente R\$64.169.598 em projetos dessa natureza.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão em conformidade com a Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6404/76) e legislação fiscal.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas, a Companhia apresenta como informação adicional a Demonstração do Valor Adicionado.

A Demonstração do Valor Adicionado objetiva a apresentação de informações econômicas referentes à criação de riqueza (agregação de valores) pela Companhia e a distribuição dessa riqueza pelos fatores que contribuíram para sua criação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas pelo regime contábil de competência do exercício.

As receitas decorrentes do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, são estimadas e reconhecidas como receita não faturada.

b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data do balanço.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados "pro rata" temporis até a data do balanço.

d. Contas a receber de clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários, pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento do princípio de reconhecimento de receita.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a Receber de valores até R\$5.000 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

f. Estoques de materiais

Os estoques de materiais, destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, são demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no imobilizado.

g. Permanente

É demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: (1) depreciação de bens do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota 9; (2) reavaliação espontânea dos bens do imobilizado, realizada em 1997, com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes; e (3) imobilização de encargos financeiros relacionados a financiamentos, obtidos junto a terceiros, destinados a obras em andamento.

h. Passivo atuarial

A Companhia patrocina plano de previdência privada administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora CESAN.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2006.

i. Empréstimos e financiamentos

São atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos até a data do encerramento do exercício.

j. Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

k. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

l. Outros passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240.000 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

n. Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

o. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Provisão para contingências.
- Planos de aposentadoria e pensão.

4. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	2006	2005
Caixa	86.749	87.615
Bancos - conta movimento	6.299.335	2.202.804
Total	6.386.084	2.290.419

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), e estão assim demonstradas:

	2006	2005
Banestes	9.551.950	765.819
Banco do Brasil	1.569.203	2.671.078
Banco Real	4.760	4.368
Caixa Econômica Federal	24.721.163	22.263.464
Total	35.847.076	25.704.729

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Os valores a receber de clientes, com exceção de acordos firmados, não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos e podem ser assim demonstrados:

	2006	2005
Valores a receber de usuários	53.201.465	73.559.792
Consumo não faturado	12.011.998	1.848.133
Arrecadação a discriminar	(3.285.506)	(7.519.640)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.260.650)	(12.584.061)
Total	52.667.307	55.304.224

A Companhia adota a alternativa facultada pelo art 9º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que permite a contabilização de certos créditos vencidos como perdas. O montante lançado a débito do resultado desse exercício foi de R\$42.181.015 (R\$28.014.045 em 2005), tendo sido recuperado no exercício o montante de R\$8.785.185 (R\$5.928.313 em 2005).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2006	2005
Imposto de renda antecipado	2.369.818	6.585.910
Contribuição social	575.868	2.361.116
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	1.251.447	65.335
PASEP Lei nº 9.430/96	333.055	10.702
Total	4.530.188	9.023.063

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia é parte integrante. São apresentados pelos valores originais, acrescidos de atualização até a data de 31 de dezembro de 2005. O saldo da conta de depósitos judiciais pode ser assim demonstrado:

	2006	2005
Depósitos judiciais	15.271.145	16.525.582
Total	15.271.145	16.525.582

9. IMOBILIZADO

Em operação	Taxas anuais de deprec.%	Custo	Depreciação acumulada	2006	2005
				Total Líquido	Total Líquido
Terrenos		28.191.257		28.191.257	27.542.874
Barragens/tomadas	4	23.160.077	(7.235.839)	15.924.238	16.191.131
Edificações e estruturas	4	11.344.114	(3.455.303)	7.888.811	7.961.402
Estações de bombas	4	38.762.527	(7.221.891)	31.540.636	29.908.404
Reservatórios	4	41.280.682	(14.143.220)	27.137.462	28.530.522
ETE	4	93.436.847	(17.857.082)	75.579.765	76.870.451
Tubulações	2	544.150.595	(133.015.864)	411.134.731	405.333.997
Linhas de transmissão	5	7.789	(1.761)	6.028	6.416
Ligações prediais	2	96.483.042	(26.020.361)	70.462.681	67.493.229
Móveis e utensílios	10	3.622.740	(2.400.767)	1.221.973	1.351.352
Veículos Equip. Transportes	20	6.092.656	(3.693.997)	2.398.659	2.620.002
Hidrômetros	10	24.593.614	(9.095.956)	15.497.658	10.804.900
Máquinas e Equipamentos	10	90.847.448	(33.285.111)	57.562.337	64.032.527
Equipamentos - laboratório	10	3.270.882	(1.325.675)	1.945.207	2.222.660
Computadores e periféricos	20	4.122.241	(2.258.242)	1.863.999	1.261.766
ETA	4	38.657.803	(9.760.447)	28.897.356	24.522.663
Total		1.048.024.314	(270.771.516)	777.252.798	766.654.296
Em andamento					
Projeto Águas Limpas (a)				28.380.167	14.050.448
Pró-rural (b)				2.778.517	3.632.809
Convênios a receber (c)				12.390.231	14.299.868
Almoxarifado para obras (d)				14.010.485	15.132.227
Obras diversas (e)				44.000.542	38.536.050
Total				101.559.942	85.651.402
Total geral		1.048.024.314	(270.771.516)	878.812.740	852.305.698

(a) O Projeto Águas Limpas está inserido no contexto do Programa de Saneamento e Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, com ênfase na melhoria da qualidade e da quantidade da água para abastecimento da população.

Existem ações de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos com o setor de Saneamento e com a gestão dos Recursos Hídricos, para fins de assegurar a sustentabilidade dos investimentos e de seus benefícios ao longo do tempo.

A primeira etapa da execução do Projeto Águas Limpas abrange todos os 7 (sete) municípios que compõem a Região Metropolitana de Vitória e que abriga 52% da população urbana do Estado do Espírito Santo.

(b) Refere-se a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgoto em comunidades de pequeno porte, no interior do Estado.

(c) Convênios firmados com prefeituras do interior, objetivando a execução dos sistemas de água e esgoto.

(d) Materiais adquiridos para utilização nas diversas obras a serem realizadas pela Companhia.

(e) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender a demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Durante o exercício de 2006, a Companhia transferiu o montante de R\$42.538.445 para o ativo imobilizado de uso, em razão da conclusão dos empreendimentos, tendo iniciado a depreciação contábil desses projetos.

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujos prazos de concessão são de 25 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não-renovação o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão.

10. REAVALIAÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 1997 foi procedida reavaliação do ativo imobilizado, cuja finalidade principal foi ajustar a reavaliação realizada em 31 de dezembro de 1994, bem como redimensionar as aquisições realizadas entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1997.

A reavaliação atingiu o montante líquido de R\$369.515.883, sendo contabilizada em 31 de dezembro de 1998 na conta do ativo imobilizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação.

Durante o exercício de 2006 foi realizado o montante de R\$6.022.592, líquido do imposto de renda e contribuição social (R\$5.776.801 em 2005).

Os efeitos da depreciação no resultado do exercício, líquidos dos efeitos tributários são de R\$ 5.722.664 (R\$ 5.742.914 em 2005).

11. DIFERIDO

Refere-se basicamente a despesas com implantação de sistemas, reorganização, estudos e projetos. O saldo do ativo diferido está assim demonstrado:

	2006	2005
Custo	41.453.728	38.863.706
(-) Amortização acumulada	(20.645.786)	(18.468.424)
Total	20.807.942	20.395.282

12. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	2006	2005
Fornecedores de materiais	2.612.892	2.440.101
Fornecedores de serviços	14.000.888	14.967.926
Fornecedores - Projeto Águas Limpas	1.669.582	601.230
Total	18.283.362	18.009.257

13. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos junto às instituições financeiras, e estão assim demonstrados:

	2006			2005		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Em moeda nacional						
Banco do Brasil	414.680	578.679	993.359	358.915	1.076.703	1.435.618
CEF - Águas Limpas (c)		5.823.258	5.823.258			
Caixa Econômica Federal (a)	6.041.259	28.874.197	34.915.456	4.283.581	31.370.629	35.654.210
	6.455.939	35.276.134	41.732.073	4.642.496	32.447.332	37.089.828
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b)	1.126.816	13.962.892	15.089.708	5.095.234	12.444.336	17.539.570
	1.126.816	13.962.892	15.089.708	5.095.234	12.444.336	17.539.570
Total	7.582.755	49.239.026	56.821.781	9.737.730	44.891.668	54.629.398

(a) Caixa Econômica Federal: Empréstimo em fase de retorno, financiado em 18 anos com taxa de juros de 6% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2011. Os pagamentos são efetuados mensalmente.

(b) Banco do Brasil - DMLP: Dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída junto a credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF nº 089/96 e nº 192/96. O último vencimento será no ano 2024.

(c) Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: Empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	2006	2005
Imposto de renda	1.258.485	1.031.270
ISS	187.090	604.734
Contribuição social	229.034	289.084
PASEP	384.763	239.666
COFINS	1.797.059	1.251.356
INSS	2.620.072	2.302.439
Retenção de contribuições - CSLL/PIS/COFINS	426.618	415.540
Salário-educação	891.568	802.322
FGTS	522.216	387.499
Outros	40.147	9.011
Total	8.357.052	7.332.921

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré.

A Companhia não possui contingências provisionadas de natureza ambiental.

	2006	2005
Curto Prazo	2.591.732	4.836.607
Longo Prazo	12.403.401	7.823.711
Total	14.995.133	12.660.318

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	2006	2005
IRPJ (a)	34.370.083	32.291.852
PASEP (b)		9.714.547
INSS (d)	14.686.802	5.611.456
Salário-educação parcelado	4.201.545	4.680.809
IRPJ sobre reserva de reavaliação (c)	51.373.397	53.635.379
CSSL sobre reserva de reavaliação (c)	18.461.078	19.280.432
INSS parcelado	3.608.956	4.024.129
CSSL parcelada	609.495	676.122
	127.311.356	129.914.726

- a. Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedida à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Em consequência disso, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$ 34.370.083 registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo.
- b. No exercício de 2006, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia reverteu a provisão referente ao Processo nº 98.0000476-9 sobre recolhimentos feitos indevidamente, a título da contribuição (PASEP), por efeito de correção monetária pelo critério da semestralidade.
- c. Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado da reavaliação do ativo imobilizado conforme mencionado na nota 10.
- d. Os valores referem-se a autos de infrações do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

17. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES

A CESAN patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora.

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94, aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª reunião.

O valor confessado da dívida é atualizado de acordo com a variação do INPC-IBGE, acrescido de taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, em conformidade com a meta atuarial estabelecida no plano de custeio da FAECES.

Conforme solicitado pela NPC 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2006, os Planos de Benefícios Previdenciários da FAECES, referentes aos planos por ela patrocinados. Os resultados dessa avaliação foram apurados por Atuário Independente, que emitiu parecer utilizando-se do método da unidade de crédito projetado.

O Parecer Atuarial datado de 22 de fevereiro de 2007 relata que a situação atuarial da FAECES em 31 de dezembro de 2006 encontra-se equilibrada, sendo registrado um superávit técnico de R\$7.430.694, equivalente a 7,45% do Ativo Líquido do Plano, dimensionado em R\$99.776.255.

Em relação às hipóteses atuariais foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral AT-49 e os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando o Regime de Capitalização, na forma definida pelo Método de Crédito Unitário Projetado, e o Pecúlio Morte e o Resgate de Contribuição pelo Regime de Repartição Simples.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	2006	2005
Participantes Ativos	954	878
	954	878
Participantes Assistidos:		
Aposentados	492	485
Pensionistas	78	71
Outros	5	15
	575	571
Total	1.529	1.449

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia, limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2006 a CESAN contribui com R\$2.453.033 (R\$1.096.310 em 2005).

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O saldo em 31 de dezembro de 2006 está assim demonstrado:

	2006	2005
Crédito de acionistas	7.429.522	4.214.150
	7.429.522	4.214.150

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas, em 31 de dezembro de 2006, refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2006, é de R\$519.308.825 representado por 519.308.824.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
Em 31 de dezembro de 2006:		
Governo do Estado do Espírito Santo	361.621.292.215	69,64%
Agência de desenv. em redes do Estado do ES ..	152.512.542.326	29,37%
Minoritários	5.174.990.336	1,01%
	519.308.824.877	100,00%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

c. Dividendos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	25.816.491	22.292.243
Reserva legal (5%)	(1.290.825)	(1.114.612)
Base de cálculo dos dividendos	24.525.666	21.177.631
Dividendos (25%)	6.131.417	5.294.408
Juros sobre capital próprio	14.460.000	11.868.724
Imposto de renda retido na fonte	(658.610)	(542.040)
Valor líquido para distribuição	13.801.390	11.326.684

d. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c" o lucro do exercício poderá ser destinado para constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembléia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 16.088.258 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembléia Geral.

e. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º, do Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1977, foram as seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2006) pagas a empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos:

	Reais
Composição	
Maior remuneração	13.357
Menor remuneração	857

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados o percentual de aproximadamente 10,07% (dez vírgula sete por cento) do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia.

O valor da remuneração dos empregados será distribuído na proporção de 1 (um) salário base, respeitada a proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2006.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para fazer face a esse compromisso.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações		2006	2005
	2006	2005		
Fornecimento de água				
Residencial	418.247	417.630	179.258.674	163.986.915
Comercial	19.845	19.482	34.290.491	32.045.821
Industrial	1.163	1.123	40.632.689	38.844.470
Órgãos Públicos	6.615	6.467	17.662.481	16.095.413
Outras receitas do fornecimento de água			5.199.682	5.608.264
	<u>445.870</u>	<u>444.702</u>	<u>277.044.017</u>	<u>256.580.883</u>
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	93.600	87.224	34.703.777	28.576.239
Comercial	5.453	5.033	5.063.637	5.101.273
Industrial	385	328	769.920	657.644
Órgãos Públicos	1.224	1.074	1.444.898	1.354.283
Outras receitas dos serviços de esgoto				47.494
	<u>100.662</u>	<u>93.659</u>	<u>41.982.232</u>	<u>35.736.933</u>
(-) Deduções da receita				
PIS			(3.170.152)	(3.183.185)
COFINS			(14.644.041)	(13.513.369)
ISS				(997.465)
			<u>(17.814.193)</u>	<u>(17.694.019)</u>
Total			<u>301.212.056</u>	<u>274.623.797</u>

Em julho de 2006 as tarifas foram reajustadas em 4,0%.

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	2006	2005
Sistema de abastecimento de água		
Captação	20.613.376	16.486.175
Tratamento	10.958.966	11.438.810
Sistema de abastecimento de água cat. "B"	2.608.445	2.203.748
Sistema de distribuição de água cat. "B e C"	41.496.523	35.774.342
Sistema de distribuição de água cat. "A"	26.167.278	23.137.139
	101.844.588	89.040.214
Sistema de esgoto sanitário		
Coleta	10.675.459	11.139.490
Tratamento	18.992.710	18.082.869
Sistema de esgoto sanitário	6.337.623	6.074.354
	36.005.792	35.296.713
Custos administrativos (água e esgoto)		
Despesas das unidades da estrutura orgânica	23.587.942	18.460.996
	161.438.322	142.797.923

22. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	2006	2005
Despesas gerais e administrativas da unidade	(21.835.389)	(12.348.654)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.000.000)
Perdas no recebimento de tarifas	(42.181.015)	(28.014.445)
Reversão de perdas	21.370.826	5.928.313
	(42.645.578)	(39.434.786)

As despesas com perdas no recebimento de tarifas e a provisão para devedores duvidosos são registradas conforme mencionado na nota 6.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a. Imposto de renda do exercício**

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
Lucro antes dos impostos e contribuições	17.050.631	13.905.442
Adições		
Lucro inflacionário realizado		17.030.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.214.458	5.000.000
Depreciação de bens reavaliados	8.670.703	8.700.983
Atualização de IRPJ sem Júdice	2.075.230	3.768.663
Contingências de INSS	9.075.347	
Contingências IRPJ - 1999	2.370.038	
Outras adições	4.753.150	1.573.752
	33.158.926	36.074.180
Exclusões		
Participação dos empregados	(2.600.000)	(1.658.000)
Pagamentos efetuados à FAECES	(5.156.382)	(4.791.131)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.585.640)	
Outras exclusões	(3.447.727)	(220.656)
	(23.789.749)	(6.669.787)
Subtotal	26.419.808	43.309.835
Compensação de prejuízo fiscal	(7.925.943)	(12.992.951)
Base de cálculo	18.493.865	30.316.884
Alíquota - 15%	2.774.080	4.547.533
Alíquota - 10%	1.825.387	3.007.688
Incentivos fiscais	(88.439)	(238.701)
(-) Imposto de renda sobre a reserva de reavaliação	(2.261.983)	(2.154.106)
	2.249.045	5.162.414

b. Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
Lucro antes dos impostos e contribuições	17.050.631	13.905.442
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.214.458	5.000.000
Depreciação de bens reavaliados	8.670.703	8.700.983
Atualização de IRPJ sem Júdice	2.075.230	3.768.663
Contingências de INSS	9.075.347	
Contingências IRPJ - 1999	2.370.038	
Outras adições	4.753.150	1.573.752
	33.158.926	19.043.398
Exclusões		
Participação dos empregados	(2.600.000)	(1.658.000)
Pagamentos efetuados à FAECES	(5.156.382)	(4.791.131)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.585.640)	
Outras exclusões	(3.447.727)	(220.656)
	(23.789.749)	(6.669.787)
Subtotal	26.419.808	26.279.053
Compensação de prejuízo fiscal	(7.925.943)	(7.883.716)
Base de cálculo	18.493.865	18.395.337
Alíquota - 9%	1.664.448	1.655.580
(-) Contribuição social sobre a reserva de reavaliação	(819.353)	(784.375)
	845.095	871.205

24. SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a CESAN não realizou operações com derivativos.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b. Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

c. Moeda estrangeira

Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento, coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

DIRETORIA

Paulo Ruy Valim Carnelli
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo F. Saleme
Diretor de Operação do Interior

Carlos Fernando Martinelli
Diretor de Operação Metropolitana

Luiz Ferraz Moulin
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Ricardo Maximiliano Goldschmidt
Diretor de Administração de Finanças

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Presidente

Sebastião Barbosa
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Paulo Ruy Valim Carnelli
Conselheiro

Haroldo Corrêa Rocha
Conselheiro

Ronaldo Rogério F. Oliveira
Conselheiro

Edmar José Zorzal
Gerente Financeiro e Contábil

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Contador CRC-ES 9307

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

- Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Exceto pelo descrito no parágrafo 3º, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em 31 de dezembro de 2006, os controles internos relativos ao contas a receber da Companhia, não foram suficientes para nos assegurar quanto à fidedignidade dos saldos registrados naquela rubrica no montante de R\$52.667.307, bem como as informações geradas pelo sistema não foram suficientes para permitir-nos uma avaliação quanto à adequacidade da provisão pertinente. A Companhia adota o critério fiscal para tratar seus créditos de liquidação duvidosa, conforme artigo 9º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o valor líquido reconhecido no resultado pelo procedimento adotado é de R\$42.181.015. Em função do exposto, não temos como concluir pela razoabilidade dos saldos apresentados, bem como sobre seus reflexos no ativo circulante, no patrimônio líquido e resultado do exercício.
- Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer se não houvesse a limitação descrita no parágrafo 3º, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu pa-

trimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado apresentada para propiciar informações suplementares não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis. Esta foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e o nosso parecer, datado de 10 de março de 2006, continha limitações quanto aos seguintes assuntos: (i) ausência de conciliação dos registros contábeis e auxiliares do Contas a Receber em função da implantação do novo sistema para controle das operações de contas a receber de usuários, e (ii) sobre a ausência de novo laudo de avaliação dos bens reavaliados para cumprimento das práticas contábeis adotadas no Brasil que determinam que uma nova reavaliação deva ser feita, no máximo, a cada quatro anos ou em período menor para ativos com maior variação de valor de mercado. Especificamente com relação a reavaliação, a partir deste exercício, conforme NPC XXIV, extingue-se o impacto do critério de avaliar a mercado.

Belo Horizonte, 16 de março de 2007

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC-MG 27.739/O-3

BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN e com base no parecer da Auditoria Externa - BDO Trevisan Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.018.679.680 (um bilhão, dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil e seiscentos e oitenta reais), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, inclusive as Notas Explicativas, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 26 de março de 2007

André Rosetti Bresciani
Conselheiro

Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

Sérgio da Cunha Rodrigues
Conselheiro